

# Custos Legis



Informativo da Associação do Ministério Público de Alagoas Edição: outubro/novembro de 2007

## NOVA DIRETORIA DA AMPAL TRAÇA METAS PARA 2008



A nova diretoria da Ampal reunida traçou uma série de metas para serem alcançadas nos próximos meses. De acordo com o presidente da AMPAL Eduardo Tavares a defesa institucional será a principal bandeira dessa atual gestão.

### DIA DAS CRIANÇAS

A Ampal promoveu uma super-festa na sede da Associação para comemorar o dia das crianças, no mês de outubro



### DALLARI

A Ampal contestou as afirmações do jurista Dalmo Dallari que esteve em Maceió afirmando que existia crime organizado no MP de Alagoas



## EDITORIA

Alagoas assistiu na semana passada, equilibrando-se entre a náusea e a revolta, ao patético desfile de autoridades públicas locais: deputados, ex-deputados, funcionários do mais alto coturno da Assembléia Legislativa, um ex-governador e outros menos votados seguindo, algemadas, em direção à carceragem da Polícia Federal. Iam depor, prestar esclarecimentos sobre a gigantesca fraude que, supostamente, aspirou dos cofres do Poder Legislativo a impressionante soma de 200 mil reais, transferida da folha de pagamento do órgão para as contas particulares de vários políticos e assessores. É o que dizem.

A bem da verdade, esse mais novo escândalo não causou surpresa. O povo está cansado de saber das falcatruas que ocorrem, desde há muito, por trás dos velustos muros da chamada Casa de Tavares Bastos (que Deus lhe dê uma eternidade mais sossegada, levando seu nome para outro lugar: uma escolinha, uma ponte esquecida do interior, uma estatuazinha na praça dos esquecidos, coisas assim). Um dia sumiram com não sei quantos dinheiros por lá. Abriam investigação policial, por ordem do Ministério Público, visando à apuração do fato. Já no início dos trabalhos, o prédio onde funcionava a assembléia ardeu em chamas: as chamas queimaram os papéis; o fogo, em crepitação criminosa, queimou os arquivos; labaredas com línguas de serpente carbonizaram os computadores, onde jaziam preciosos dados contábeis e patrimoniais; destruídos, arquivos e computadores levaram consigo a memória de tudo que poderia trazer elementos imprescindíveis ao esclarecimento de tantas misteriosas peripécias que ocorrem, de há muito, por trás dos velustos muros da Caixa Preta de Tavares Bastos.

Agora, com essa tal operação da polícia federal, batizada de Taturana, nome de uma espécie de lagarta peluda e urticante, renasce a esperança (refúgio dos enganados e dos oprimidos) de que a indecência e a voracidade dos políticos, uma vez expostas suas visceras

fétidas, recebam, enfim, veemente repúdio da sociedade e implacável combate das autoridades constituídas, daqui e dali, referindo-me, evidentemente, aos poucos homens sérios que, por estas bandas detêm alguma parcela de poder.

O poeta enxergou a vida com sabedoria e sentenciou: "Pobre de quem acredita na glória e no dinheiro para ser feliz". Há os que só pensam em ter, amealhar, acumular riqueza. Mesmo que seja às custas dos outros, dos mais pobres. Alguns ascendem a cargos públicos eletivos pagando muito caro pelo voto que recebem. A justiça eleitoral, que devia fiscalizá-los, nada faz. Os eleitores, que lhes deviam cobrar ações no interesse coletivo, omitem-se. Os tribunais os tratam como intocáveis.

A Controladoria Geral da União (CGU), órgão do governo federal, revelou que, de cada dez prefeitos fiscalizados em todo País, oito vão responder por improbidade administrativa. Ou seja: oitenta por cento dos administradores municipais encontram-se sob suspeita de má gestão e desvio de verbas públicas. O Estado brasileiro não suporta tamanha sangria. Chegou a hora de mandar os sanguessugas para a cadeia e exigir de todos eles o ressarcimento ao erário. A corrupção é um câncer que precisa ser extirpado, com urgência, para que o Brasil possa ter mais escolas, hospitais, emprego e dignidade.

Deste acanhado espaço, queremos enviar nosso voto de apoio às ações do Ministério Público e da Polícia Federal. Esperamos que, com o desdobramento das diligências da "Taturana", muita coisa errada venha à luz porque urge passar Alagoas e seus "podres poderes" a limpo, desmantelando o crime organizado antes que seja tarde.

(Marcus Robson Costa)

## SUBSÍDIOS PENSIONISTAS: TJ CONCEDE LIMINAR À AMPAL

O Tribunal de Justiça por meio do desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas concedeu liminar à Associação do Ministério Público de Alagoas- AMPAL determinando que as pensionistas recebam imediatamente do governo do Estado o aumento de subsídio concedido pelo art. 6º da Lei nº 6.818/07.

À AMPAL, através do escritório jurídico Fernando Maciel, esclareceu no Mandado de Segurança que a não implementação do aumento previsto na referida lei configura desobediência aos mandamentos legais e omissão de dever das autoridades: "agredido direito líquido e certo dos associados da Impetrante" e que os tribunais pátrios de há muito reconhecem que o benefício da pensão por morte deve corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido

## CONVÊNIOS

-LAVANDERIA DRYCLEAN USA- 10% DE DESCONTO NOS SERVIÇOS DE LAVAGEM DE ROUPA EM GERAL, COURO, CORTINAS, TAPETES, CAMA, MESA E BANHO, VESTIDOS DE FESTA, NOIVA E ESPECIAIS, SERVIÇO COMPLETO DE AJUSTE E COSTURA, DENTRE OUTROS.  
ENDEREÇO: RUA DURVAL GUIMARÃES S/N PONTA VERDE

-EMPRESA PHONE WAY CELULAR LTDA- CONCESSÃO DE DESCONTOS DE 0,5 A 10% AOS ASSOCIADOS NA COMPRA DE NOTEBOOKS.  
ENDEREÇO: RUA EPAMINONDAS GRACINDO- 159 PAJUÇARA

-YAZIGI- INSTITUTO DE IDIOMAS- 15% DE DESCONTOS SOBRE O PREÇO TOTAL DOS CURSOS DE INGLÊS E ESPANHOL AOS ASSOCIADOS E DEPENDENTES DIRETOS. ENDEREÇO: RUA MARIO DE GUSMÃO, 930, PONTA VERDE

-ÓTICAS FLU LOOK- NAS COMPRAS À VISTA OU EM 1+1 TERÁ 20% DE DESCONTO E 15% EM ATÉ 4X.  
ENDEREÇO: SHOPPING IGUATEMI

-POSTO AMÉLIA ROSA- PARA OS ASSOCIADOS A GASOLINA TERÁ DESCONTO DE 5% E FICARÁ POR R\$ 2,62 O ALCOOL TERÁ DESCONTO DE 2%, FICANDO POR R\$1,82 E O DIESEL DESCONTO DE 3%, FICANDO POR R\$1,84. O POSTO ACEITARÁ TAMBÉM CHEQUE PARA 30 DIAS.  
ENDEREÇOS: NA AMÉLIA ROSA: FILIAIS- POSTO SANTO ANTONIO NA RUA AFRANIO LAGES, 178- FAROL E POSTO VALPARAISO NA AV. GOV. LAMENHA FILHO, 1560- FEITOSA

-RESIDÊNCIA JURÍDICA- DESCONTO DE 15% EM CURSOS JURÍDICOS.  
ENDEREÇO: RUA PREF. ABDON ARROCHÉLAS, Nº 68- PONTA VERDE E RUA FERNANDO MAIA GOMES, Nº 600- FAROL  
FONOCLIN- DESCONTOS DE 50% NAS CONSULTAS FONOaudiológicas, SÊSSÕES DE FONOTERAPIA E EXAME DE AUDIOMETRIA TONAL E/OU VOCAL.  
ENDEREÇO: RUA CLEMENTINO DO MONTE, Nº 146- FAROL

AUTOMACHINE- DESCONTOS DE 15% NA COMPRA DE PEÇAS E 10% NO VALOR DA MÃO DE OBRA, TROCA DE OLEO GRÁTIS  
ENDEREÇO: AV. JUCA SAMPAIO, Nº 1501- BARRO DURO

L'ORGIL- DESCONTOS ESPECIAIS DE 20 A 5%  
ENDEREÇO: AV. MOREIRALIMA, Nº 218, CENTRO

VITAL FÓRMULA- DESCONTO DE 20% NAS COMPRAS À VISTA E A PRAZO DESCONTOS DE 5%  
ENDEREÇO: RUA COMENDADOR PALMEIRA, 112- FAROL

AUTORENOV- CENTRO DE RECUPERAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA- DESCONTO DE 14% EM 4X S/ JUROS E S/ ENTRADA, CARTÕES, CHEQUES  
ENDEREÇO: AV. GOV. LAMENHA FILHO, 1813 FEITOSA

-CLÍNICA DE FISIOTERAPIA REABILITAR- DESCONTOS DE 30% NA CONSULTA E 20% NO TRATAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE ACUPUNTURA E FISIOTERAPIA DERMATO-FUNCIONAL. ENDEREÇO: RUA PRINCESA IZABEL, Nº 254, FAROL

-CLÍNICA MEDICINA E ESTÉTICA- DESCONTOS DE 50% NAS CONSULTAS E 10% NOS TRATAMENTOS DE NUTROLOGIA, FLACIDEZ, MANCHAS, CELULITE, GORDURA LOCALIZADA, ESTRIAS, VARIZES, PELOS, QUEDA DE CABELLO, RUGAS, ASSIMETRIAS. ENDEREÇO: AV. ENGENHEIRO PAULO BRANDÃO NO GUEIRA- HARMONY RELAÇÕES MÉDICAS- STELLA MARIS

## ESTUDO REGULA O USO DA SEDE SOCIAL DA AMPAL



O presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas- AMPAL Eduardo Tavares resolveu constituir uma Comissão Formada pelos associados Fernando Augusto de Araújo Jorge, José Álvaro Costa e Roberto Salomão do Nascimento para elaborar estudos e ao final criar regulamento para uso das dependências da sede social, sobretudo quanto ao uso da piscina, campo de futebol e salão de festas.

A comissão terá um prazo de quarenta e cinco dias para apresentar minuta de regulamento. Após ser concluído o projeto será submetido à apreciação da diretoria.

## Expediente



Eduardo Tavares Mendes  
-Presidente-

Neide Maria Camelo da Silva  
-Vice-presidente-

Luiz José Gomes Vasconcelos  
-Secretário-Geral-

Afrânio Roberto Pereira de Queiroz  
-Diretor Financeiro-

Flávio Gomes da Costa Neto  
-Diretor de Comunicação e Relações Públicas-  
Carlos Alberto Alves de Melo  
-Diretor Cultural-

Fernando Augusto de Araújo Jorge  
-Diretor Social-

José Álvaro da Costa  
-Diretor de Aposentados-

Flávio Gomes da Costa Neto, Carlos Alberto Alves de Melo e José Carlos Castro

-Conselho Editorial-

Adriano Jorge Correia de Barros

-Diretor dos Custos Legis-

Natasha Dellape  
Jornalista responsável  
Mtb 623/AL



## ENTREVISTA

### DIRETOR DO CEFAP FALA DOS PLANOS PARA 2008

O diretor de Centro de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Alagoas faz um balanço, nesta entrevista, das ações realizadas pelo centro e também traça as metas para o ano que vem. De acordo com o diretor do centro, Humberto Pimentel, a realização de cursos específicos com carga horária maior é o principal plano do CEFAP para aperfeiçoar os membros do Ministério Público

de Alagoas e do País repudia esses maus



CL- Qual o balanço que o senhor faz dos cursos realizados pelo CEFAP em 2007?

HP- Acredito que o resultado de nossas atividades em 2007 foi bastante positivo. Creio que evoluímos muito. Melhoramos não só a qualidade dos nossos eventos. Aumentamos a frequência e procuramos diversificar os temas, incluindo outras disciplinas importantes. Iniciamos a pós-graduação em ciências criminais, em convênio com a Ufal e concluímos o curso de combate à lavagem de dinheiro. O Programa de Estágio foi consolidado e nossas publicações são recebidas por todas as bibliotecas jurídicas do Estado e por todos os Ministérios Públicos do País. Agora isso, iniciamos um proveitoso intercâmbio de informações e projetos com o CDEMP, Colégio de Diretores de Escolas do MP, o que nos tem deixado em dia com o que está acontecendo no resto do Brasil.

CL- Quais as metas para o ano que vem?

HP- Em 2008, pretendemos agregar um enfoque diferente aos nossos cursos, mas ainda continuando com os tradicionais seminários de auditório. Queremos realizar mais cursos específicos, com carga horária maior e direcionados a um número menor de participantes. Está em nossos planos mais cursos voltados para os servidores da Instituição, convênios com outras instituições de ensino e a interiorização do Programa de Estágio, lembrando que o Colégio de Procuradores de Justiça aprovou o aumento do número de estagiários de 50 para 130.

CL- Como os membros do Ministério Público têm visto os eventos realizados pelo CEFAP?

HP- A repercussão tem sido a melhor possível, recebemos o apoio e o incentivo de muitos colegas. Entretanto, não dispomos de um mecanismo técnico de avaliação. Pretendemos implantar, em 2008, um sistema que nos permita saber o que nosso público alvo pensa e espera do nosso trabalho.

CL- Como vêm sendo planejadas as ações do CEFAP?

HP- Nossas ações são planejadas de diversas formas. Recebemos muitas sugestões de colegas e procuramos observar o que está acontecendo em outros Ministérios Públicos. Muitas idéias são originalmente nossas, e em mais de uma ocasião tomamos iniciativas que, posteriormente, foram seguidas em outros Estados. De modo geral, elegemos nossas prioridades do ano até o final de janeiro. Todavia, há ocasiões em que somos tomados de surpresa, surgem oportunidades raras e corremos contra o tempo para viabilizar algum evento de última hora.

### CONAMP SE MANIFESTA SOBRE PROPOSTA DE REDUÇÃO DO QUADRO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA EM ALAGOAS

SENHOR PRESIDENTE,

Tendo a honra de cumprimentá-lo, sirvo-me do presente para tratar com Vossa Excelência, na qualidade de representante da classe dos Promotores e Procuradores de Justiça de Alagoas, de assunto de relevante interesse ao Ministério Público brasileiro, ante a possibilidade de ser criado um precedente gravíssimo, com manifesto prejuízo a seus membros. É de conhecimento da CONAMP, entidade de classe nacional, ainda que sob o manto da especulação, a idéia aventada em recente sessão do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, da redução do número de Procuradores de Justiça. Conquanto não se trate ainda de uma proposta concreta, senão de uma mera sugestão, sua simples cogitação já desatou uma seqüência de manifestações, majoritariamente contrárias, e, mais grave ainda, ameaça desbordar dos limites internos da instituição e ganhar o espaço ocupado pela opinião pública.

É também de nosso pleno conhecimento que, em recente reunião de sua Diretoria Executiva, a Ampal firmou posição contrária à intenção evidentemente leso-institucional de atrofiar o Colégio de Procuradores de Justiça. Esse órgão colegiado teve seu contingente ampliado em quase 60% (sessenta por cento) em 1995, passando de 11 (onze) para 17 (dezessete) o número de Procuradores de Justiça. A idéia de diminuição, ou de retorno ao anterior status quo, vem desencadear mais uma grande polémica. Não há dúvida de que o Egrégio Colégio, ao decidir pela ampliação do quadro de procuradores, naquela época, estava consciente do incremento nas despesas com pessoal que tal medida acarretaria aos cofres da instituição. Manteve-se, porém, firme, sopesando criteriosamente o alcance da decisão em face do volume de serviço e das elevadas responsabilidades cometidas aos eminentes integrantes do órgão colegiado. Por isso, o retorno do Colégio de Procuradores de Justiça à situação numérica anterior a 1965, após mais de uma década, representa um claro e inaceitável retrocesso. Ora, em simples olhadela, se extrai que a suposta economia somente virá a conta-gotas, e se espera que a primeira gota caia apenas em 2010, com a aposentadoria do Procurador de Justiça mais idoso. Dois ou três anos depois cairia a segunda gota, e daí por diante.

Parece-nos que o problema não é de redução, mas sim de gestão, gênero da qual a racionalização é espécie. Os procuradores podem e devem trabalhar com os promotores de Justiça, pois é sabido e consabido que a Ampal concorda com o pensamento de inúmeros de seus associados que apontam claramente, não para o encolhimento do número de Procuradores de Justiça, membros da instituição que atingem a plenitude na carreira e a experiência de muitos anos de lutas, mas para uma melhor distribuição das tarefas e atribuições de cada membro do Colégio de Procuradores.

Em razão de tratar a questão de claro e manifesto prejuízo ao direito adquirido dos colegas inseridos na lista de antiguidade, portanto exclusão das prerrogativas tão duramente conquistadas por nossa instituição ao longo dos anos, inclusive com a efetiva participação daqueles que hoje poderão praticar o verdadeiro atentado que é a redução numérica, a CONAMP se posiciona ao lado da AMPAL, portanto, ao lado da maioria esmagadora da classe dos Promotores e Procuradores de Justiça de Alagoas. É positivo que a AMPAL, com sua história magnífica de lutas e conquistas, promova, de forma preventiva, uma ampla campanha para mobilização da classe, posicionando-se inflexivelmente contra a redução, antes que a malfadada proposta tome corpo, ou mesmo venha a se concretizar.

### AMPAL PRESTIGIA PROMOTOR EM CANAPI

O presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas- AMPAL Eduardo Tavares Mendes acompanhado dos diretores Álvaro Costa e Flávio Gomes viajaram até a cidade de Canapi para prestigiar o promotor de Justiça Cláudio José Moreira Teles, que foi agraciado com o título de cidadão honorário da cidade, pelos relevantes serviços prestados.

Durante discurso na Câmara de Vereadores Eduardo Tavares enalteceu as qualidades do promotor de Justiça homenageado e disse que a AMPAL visitará os municípios de Alagoas para acompanhar as atividades dos membros do Ministério Público.

Também estavam presentes na solenidade o promotor de Justiça José Antônio Malta Marques,

o juiz George Leão Omena, o prefeito de Canapi José Hermes de Lima, o presidente da Câmara de Vereadores José Dorez de Alencar, além de advogados, delegados, representantes de Conselhos Tutelares, a comunidade local e familiares.



## MENSAGEM DA AMPAL AOS ASSOCIADOS

Prezados colegas,

Após mais um ano de luta, estamos preparados para encerrar outra etapa de nossa valorosa caminhada. Nesta hora, todos nós abrimos uma pausa para refletir sobre os acontecimentos que deixaram marcas sensíveis em nossas mentes e corações nos últimos doze meses.

'São demais os perigos desta vida/é preciso ter cuidado', na sonora advertência do imortal Vinicius de Moraes; porém, mais fortes até agora se revelaram o sentimento de luta e a capacidade de resistência dos promotores de Justiça, esta plêiade de homens e mulheres sem medo que faz o Ministério Público de Alagoas. Somos fortes porque somos unidos; somos unidos porque cultivamos a independência e a consciência social em relação ao cumprimento do dever.

Diante de nós descortinam-se muitos caminhos e maiores desafios. Aprendemos, ao longo de uma íngreme trajetória, a palmilhar uns e a lidar com outros. Não há melhor tempera que os embates do dia-a-dia para forjar o caráter dos que têm, como dever de ofício, a missão de defender e amparar os puros de coração, os bem-aventurados do povo uma grande massa de pessoas humilhadas e esquecidas.

Por isso, prezado colega, e por tudo mais que nos congrega e fortalece, a Ampal, nossa querida associação, deseja-lhe muita paz e muita luz, hoje e no futuro. Você é parte desta família que engrandece nossas instituições cidadãs. E amanhã, 14 de dezembro, Dia Nacional do Ministério Público, esta combativa agremiação estará com o olhar voltado para a frente e para o alto, de braços abertos para todos, como sempre esteve, comemorando essa data tão cara ao povo alagoano.

Você é parte deste inigualável empreendimento. Seu sangue corre nas veias do Ministério Público, e todos lhe somos gratos seus colegas e seus conterrâneos. A caminhada pode ser extenuante e árdua, mas só nós podemos realizá-la.

Um forte abraço.

Eduardo Tavares

## DIRETORIA DA AMPAL ENVIA CARTA AOS ASSOCIADOS COM AS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE REDUÇÃO DO QUADRO DE PROCURADORES

Prezado(a) colega, sobre a redução do quadro de procuradores 2

Começa a vicejar entre nós, ainda sob o manto da especulação, a idéia de redução do número de procuradores de Justiça, levantada em recente sessão do Conselho Superior do Ministério Público. Conquanto não se trate ainda de uma proposta concreta, senão de uma mera sugestão, sua simples cogitação já desatou uma seqüência de manifestações, majoritariamente contrárias; e, o que é pior, ameaça desbordar dos limites internos da instituição e ganhar o espaço ocupado pela opinião pública.

Em recente reunião de sua diretoria executiva, a Ampal firmou posição contrária à intenção evidentemente lesa-institucional de atrofiar o Colégio de Procuradores de Justiça. Esse órgão teve seu contingente reforçado em quase 60% (sessenta por cento) em 1995, passando de 11 (onze) para 17 (dezesete) procuradores. A idéia de diminuição, ou de retorno ao anterior status quo vem desencadeando essa mais nova polêmica. Não há dúvida de que o egrégio Colégio, ao decidir pela ampliação do quadro de procuradores, estava consciente do incremento nas despesas com pessoal que tal medida acarretaria aos cofres da instituição. Manteve-se, porém, firme, sopesando criteriosamente o alcance da decisão em face do volume de serviço e das elevadas responsabilidades cometidas aos eminentes integrantes do órgão colegiado.

Por isso, o retorno do Colégio à situação numérica anterior a 1995 representa um claro e inaceitável retrocesso. O argumento de redução de despesas com que se pretende justificar a proposta soa falaciosa, posto que a economia, prevista para começar a aparecer daqui a, no mínimo, dois anos (com a próxima aposentadoria na carreira), não compensa o prejuízo que a instituição amargará no futuro próximo, quando, por força de uma demanda social cada vez mais densa e complexa, o Ministério Público estadual encontrar-se diante da imperiosa necessidade de aumentar o seu quadro funcional. A suposta economia só virá a conta-gota; espera-se a

primeira gota para 2010, com a aposentadoria do procurador mais idoso. Dois ou três anos depois cairá a segunda gota, e daí por diante. Valeria a pena? É legítimo ou provelto para a Instituição afunilar o Colégio de procuradores de Justiça, um órgão tão importante e que tanta contribuição pode dar ao Ministério Público?

Parece-nos que o problema não é de redução, mas de racionalização. Os procuradores podem – e devem – trabalhar com os promotores de Justiça. A Ampal concorda com o pensamento de inúmeros associados que apontam não para o encolhimento do número de procuradores, mas para uma melhor distribuição das tarefas e atribuições de cada membro do Colégio. A Ampal aguarda manifestação da Associação Nacional do Ministério Público-Conamp, que já se pronunciou contrária à pretensão reducionista em recente encontro com diretores de nossa entidade em Brasília.

Como medida de caráter preventivo, a Ampal irá mobilizar toda a classe numa campanha afirmativa contra a redução, antes que a malfadada proposta se concretize e se torne foco de uma nova crise institucional, dividindo a classe e suscitando o desforço autofágico que terá, certamente, a pior repercussão no seio da sociedade civil alagoana.

**CONTRA A REDUÇÃO, POIS: EIS A POSIÇÃO DA AMPALI**

**Das promoções na carreira**

Quanto às promoções por merecimento para todos os cargos da carreira, temos o entendimento de que deve prevalecer o critério objetivo de pontuação, que representa um claro avanço no sistema de seleção. Porém, defendemos o princípio da pontuação objetiva com base no mérito pelo exercício de atividades essencialmente ministeriais (qualidade das peças processuais, assiduidade, pontualidade no cumprimento do dever, permanência em promotorias de difícil acesso etc.) – e não, como querem alguns, com foco em requisitos relativos a atividades estranhas ao âmbito do Ministério Público. O que deve contar é o currículo do candidato enquanto promotor de Justiça, ligado precipuamente aos misteres inerentes às funções do cargo.

Jacarecica, 30 de novembro de 2007.

Eduardo Tavares Mendes  
Presidente

## AMPAL CONTESTA DALLARI

O Presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas Ampal, Promotor Eduardo Tavares Mendes, contestou a postura do jurista Dalmo de Abreu Dallari, membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos ao afirmar que membros do Ministério Público alagoano estariam ligados ao crime organizado, juntamente com autoridades pertencentes aos poderes executivo, legislativo e executivo de Alagoas.

Para o presidente da Ampal, Dallari terá que dar nome aos bois, uma vez que, da forma como se expressou, o jurista terminou atingindo a todo o Ministério Público Alagoano.

Pelo contrário, afirmou Tavares: "o MP alagoano tem se notabilizado em face de sua atuação firme no combate ao crime organizado no Estado e não se sabe da participação de qualquer agente ministerial em crimes dessa natureza".

A entidade, que congrega promotores e procuradores de justiça de Alagoas, estará

endereçando pedido de explicações ao jurista que fez a aludida declaração por ocasião do VII Congresso Nacional de Direito Público, realizado na semana passada em Maceió.

Professor de Direito Penal do Cesmac e titular da 3ª Promotoria Especial Criminal da Capital, tendo atuado no Tribunal do Júri da Capital, Eduardo Tavares Mendes afirmou que a razão do crescimento da violência em Maceió e em todo o Estado, tem sido consequência da ausência absoluta de uma política de segurança pública no Estado. "Só passa a haver preocupação com o tema violência quando acontecem crimes de repercussão", acrescentou o promotor, para quem segurança pública em Alagoas deverá ser prioridade absoluta.

A Ampal deverá discutir a questão junto a Associação Nacional do Ministério Público-tado.

Conamp e, em seguida, procurará o governo do Estado no sentido de procurar contribuir para o combate ao crime organizado e a violência no Estado.

CONAMP: SOLIDARIEDADE A AMPAL

A CONAMP, por meio de seu presidente José Carlos Cosenzo enviou ofício ao presidente da AMPAL, Eduardo Tavares, informando que, durante a XVIII Reunião Ordinária realizada no dia 16 de outubro em Brasília, por unanimidade, o Conselho Deliberativo da CONAMP aprovou moção de solidariedade aos integrantes do Ministério Público do Estado de Alagoas em face da inoportuna e infeliz manifestação proferida pelo jurista Dalmo de Abreu Dallari em evento jurídico em Maceió. A moção apoia a Diretoria da AMPAL pela maneira firme, inflexível, rápida e decidida como enfrentou a questão, na defesa da classe, enfatizou Cosenzo que disse estar a disposição para colaborar nas providências necessárias



# PRESIDENTE DA AMPAL ANALISA O CRESCIMENTO

## DA VIOLÊNCIA EM ALAGOAS

**E**m todos os segmentos da sociedade, é nítida a percepção de que a violência tem crescido assustadoramente em Alagoas. Empresários de todos os níveis, trabalhadores, donas-de-casa, estudantes, todos, enfim, se sentem inseguros não só nas ruas, mas também dentro do próprio lar. Essa brutal insegurança cobra um preço muito alto dos alagoanos, que se vêem tolhidos nos seus movimentos de ir e vir (à escola, ao trabalho, ao lazer), com reflexos bastante negativos na qualidade de vida do cidadão honesto. As estatísticas referentes a homicídios, roubos a mão armada, latrocínios, assaltos a bancos e a residências, furtos e roubos de veículos, principalmente, avolumam-se em proporção geométrica, lançando as pessoas de bem numa verdadeira espiral de angústia e horror. Para falar sobre esse quadro irracional de delinquência, fomos ouvir o promotor de Justiça e professor de Direito Penal Eduardo Tavares Mendes, presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal), que nos concedeu a seguinte entrevista.

CG- Presidente, o senhor compartilha da sensação de que a violência cresceu demais em Alagoas nos últimos anos?

Eduardo- A observação é absolutamente verdadeira. O alagoano vive hoje dias de verdadeiro caos na segurança pública. Ninguém se sente seguro nem mesmo dentro de casa ou no local de trabalho. A apuração periódica e crescente dos índices de violência induzem as pessoas a isso, a esse medo difuso e generalizado. E nem precisa ver os índices: a situação de descontrole na segurança pública virou rotina nas ruas, vitimando gente por toda parte.

CG- Na sua avaliação, o violência cresceu mais em Maceió ou no interior do Estado?

Eduardo- A violência hoje não poupa ninguém; ela se generalizou, abraçou toda nossa geografia. Talvez seja mais sentida na periferia de Maceió do que nos bairros considerados nobres, como Pajuçara ou Ponta Verde, por exemplo, que, bem ou mal, contam com algum policiamento. Mas ela não respeita classe social, e portanto, nesse aspecto, posso dizer, pedindo desculpas pela metáfora inconveniente, que se trata do único fenômeno verdadeiramente "democrático" em Alagoas. Quantos proprietários foram despojados de seus veículos nas últimas semanas na orla marítima? Uma enormidade! E quantos pequenos negócios, bares, farmácias, padarias, mercadinhos, foram assaltados nos subúrbios de Maceió? Já se perdeu a conta dessa espiral de pesadelo. No interior é a mesma coisa: assassinatos de políticos, seqüestros de empresários, assaltos a bancos, a agências lotéricas, aos Correios, roubo de gado, entre outras mazelas dessa incômoda insegurança que campeia em nosso território.

CG- Numa escala maior, a que fatores o senhor atribui essa situação?

Eduardo- Em primeiro lugar, não podemos deixar de apontar o flagrante despreparo do aparelho policial do Estado. A polícia civil não tem homens em efetivo suficiente, nem com adequado nível de profissionalização, para dar conta de sua missão. Depois, os agentes policiais, mal pagos e mal equipados, não estão à altura de promover um enfrentamento eficiente nem do crime comum que dizer do crime organizado: ora estão fazendo "bicos" por aí, para engordar o próprio orçamento; ora estão fazendo greve. Eu sempre defendi a racionalização das atividades a cargo das polícias civil e militar: comando único, para evitar disputas corporativas; valorização da carreira, mediante a adoção de uma política remuneratória digna, a fim de estimular a motivação profissional; aumento do quadro de delegados, de agentes de polícia e policiais militares, com uma maior oferta de cursos de capacitação em inteligência, investigação e direitos humanos, entre outras medidas imprescindíveis ao bom funcionamento da segurança pública. Por trás de um grande soldado há sempre um grande serviço de inteligência.

CG- O senhor acredita que a polícia, sozinha, dará conta desse esforço?

Eduardo- Como sabemos, será um tremendo esforço. O combate ao crime organizado vai além do papel das polícias, braço armado do poder executivo. Tem raízes também nos poderes judiciário e legislativo, e no

Ministério Público. Será um verdadeiro mutirão. O País clama por alterações profundas na legislação penal e processual penal, porque, com as leis em vigor, estamos nos rendendo à criminalidade. Precisamos ousar. O direito deve acompanhar os passos da sociedade; ouvi-la, interpretar e traduzir os seus clamores, as suas necessidades. A população alagoana está acuada, amedrontada. As polícias têm que sair às ruas, devidamente aparelhadas e armadas para dar o primeiro combate à violência urbana. Depois, precisa ter meios técnicos para investigar os criminosos, enfrentá-los, cercá-los, prendê-los. Ao Ministério Público cabe perseguir-los judicialmente, denunciá-los; e ao juiz compete julgar e condenar sem hesitação.

CG- Os estudiosos costumam referir-se às causas sociais da violência. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Eduardo- Não temos como negar a existência do componente social na criminalidade. O jovem de classe pobre, que não teve oportunidade de estabelecer-se como cidadão, está muito mais vulnerável aos apelos do crime do que os de classe média ou alta, sem dúvida. Sabemos que a falta de oportunidade de acesso à educação, à saúde e ao emprego cria o caldo de cultura propício à eclosão da revolta e da marginalidade. O Brasil é um país injusto e excludente. A distribuição de renda por aqui é uma das mais iníquas do mundo: um contraste social que beira o escândalo e o escárnio. Mas essa realidade não pode servir de pretexto para flexibilizar a repressão aos delinquentes.

CG- Existe um método eficaz para combinar justiça social com repressão?

Eduardo- Para isso, precisamos plantar agora para colher amanhã, a médio e longo prazos. Há uma questão urgente: as altas taxas demográficas com que convivemos de há muito tempo no Brasil. A população cresce desordenadamente, máxime nas camadas mais humildes, mais empobrecidas. Não podemos alimentar ilusões: o futuro está ameaçado, porque os recursos naturais do País, embora ainda abundantes, caminham para o inevitável esgotamento se as coisas seguirem neste diapasão. Com a população crescendo a um ritmo de 22 por 1000 a cada ano, onde vamos chegar? A demanda pela construção de novas escolas, novos hospitais, novas moradias, novos presídios vão se tornando insuportáveis, porque a economia do País cresce em ritmo mais lento. Com a população inchada, criam-se favelas e um verdadeiro "exército de reserva" para o mercado de trabalho, fator de depreciação do valor da mão-de-obra, ampliando ainda mais o abismo entre ricos e pobres. Na esteira desse desequilíbrio vêm a marginalidade e a violência. Trata-se de uma relação quase matemática.

CG- O que o senhor sugere?



Eduardo - Controle de natalidade. Outras nações, como a China, já trilharam esse caminho, e estão melhorando.

**CG- Mas o controle da natalidade, como meio de combate à violência, só surte efeito a longo prazo. Para já, o que se pode fazer?**

Eduardo- No campo da segurança pública, precisamos empregar instrumentos de prevenção e de repressão. O controle da natalidade insere-se no primeiro grupo: vamos limitar a expansão demográfica para preservar nossos recursos econômico-financeiros e a valorização da mão-de-obra do trabalhador brasileiro. Num horizonte mais imediato, temos que pôr a polícia ostensiva nas ruas, com instruções inequívocas: não pode haver contemporização com o crime. O policial precisa estar bem armado, bem alimentado e suficientemente motivado, porque dele depende, basicamente, o êxito desta empreitada cívica. Sem homens honestos e comprometidos com a segurança da sociedade, atuando na ponta desse enfrentamento, não se chegará a lugar nenhum. A polícia só se tornará uma instituição cidadã, voltada para sua missão institucional, quando promover um verdadeiro expurgo de sua "banda podre", formada por policiais corruptos e violentos, que denigrem a imagem de toda a corporação. No mais, deve-se estar sempre atento para as ações dos responsáveis pelos dinheiros públicos. O Brasil tem que punir com todo rigor os gestores públicos que malversam os recursos do erário, desviando-os em benefício próprio. A corrupção dos agentes políticos constitui-se numa das piores pragas a ser enfrentada no combate à violência, porque verbas de programas sociais ou de investimentos públicos não chegam onde deviam chegar vão parar no bolso de um bando de ladrões que, via de regra, escapam impunes, mesmo quando são descobertos.

CG- Como o senhor enxerga o trabalho da Polícia Federal que ultimamente culminou com a operação "Taturana"?

Eduardo- a Polícia Federal tem realizado um excelente trabalho no Brasil, investigando crimes e desbaratando gangues. Em Alagoas, já estamos com a terceira operação de vulto. Nosso Estado, em verdade, tem sido um mau exemplo para o País. Reina a impressão de que o crime compensa, sobretudo o crime do "colarinho branco" e a improbidade administrativa, em virtude de uma histórica impunidade. Grande parte de nossos homens públicos envergonha o alagoano, já desenganado de melhores dias. Mas essa situação tende a mudar. O ponto mais importante da referida operação, entretanto, é o fato de que agora todos sabem qual tem sido a conduta de homens importantes do Estado, especialmente dentro da Assembléia Legislativa. Não basta a instauração de processos, ou mesmo eventuais condenações. É preciso que se imponha a essas pessoas que têm assaltado os cofres públicos a pena social, expurgando-as da vida política. O Ministério Público de Alagoas e do País repudia esses maus políticos, esses maus brasileiros.



# NOVA DIRETORIA DA AMPAL TRAÇA METAS PARA 2008



**A** nova diretoria da Associação do Ministério Público de Alagoas, reunida da sede da entidade, traçou metas para o ano de 2008. O presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas-AMPAL, Eduardo Tavares Mendes, afirmou que para o ano que vem, as prioridades serão as questões institucionais. Entretanto, um cronograma de atividades físicas e culturais já foi devidamente elaborado: estão previstos vários ciclos de debates, palestras e a realização do 2º Congresso Estadual do Ministério Público.

Eduardo Tavares salientou que a grande marca das suas gestões anteriores foi a realização de ciclos de palestras, seminários, congressos estaduais, além de cursos de pós-graduação. "A dose será repetida. Já estamos entrando em contato com a CONAMP/NE com a finalidade de realizar em Alagoas o Congresso

Nordestino do Ministério Público", afirmou o presidente da AMPAL.

As grandes datas inerentes à categoria serão festejadas no ano de 2008. Tais como o dia da mulher, dia do Ministério Público, carnaval, São João e Natal.

Outra questão fundamental para o ano que vem são as ações judiciais. A AMPAL, de acordo com Eduardo Tavares, irá cobrar todas as diferenças devidas aos membros do Ministério Público e enfrentará todas as questões que dizem respeito à categoria, judicialmente ou não.

A nova diretoria da AMPAL pretende também melhorar as instalações físicas de sua sede social. "Só eu sei o trabalho que deu para se construir a atual sede. O terreno sem uso era um verdadeiro abismo que estava prestes a ser devolvido para a prefeitura. Nós fizemos o aterro do terreno e construímos praticamente tudo o que existe no seu solo", informou Tavares, acrescentando: "A meta é construir um campo de tênis e remodelar o salão de festas. Na antiga sede administrativa funcionará a Fundação Escola do Ministério Público".





# NOVA DIRETORIA DA AMPAL TRAÇA METAS PARA 2008

## BALANÇO DE TRÊS MESES DE GESTÃO

Nesses três meses de gestão a nova diretoria da AMPAL primeiramente buscou tomar conhecimento de toda a situação em que se encontrava a entidade. A partir daí, as metas para o que viria pela frente começaram a ser traçadas e executadas. Mudar de imóvel era fundamental para que o trabalho de toda diretoria fluísse da melhor maneira. Para isso foi preciso comprar uma série de itens para o devido funcionamento do prédio novo. Móveis, utensílios, aparelhos de ar-condicionado e cortinas foram adquiridos para equipar o imóvel.

### INSTITUCIONAL

Desde o início da gestão, a questão institucional se impôs como devidamente necessária. A defesa da instituição, o Ministério Público, aconteceu logo em agosto, quando o jurista Dalmo Dallari afirmou, num congresso em Maceió, que havia crime organizado dentro do Ministério Público de Alagoas. A Ampal contestou as afirmações perante à imprensa local e à Conamp. No mês de dezembro a

Associação do Delegados de polícia-Adepol afirmou que iria representar judicialmente um membro do Ministério Público pelo ter denunciado que provas eram mascaradas nos processos na esfera policial judiciária. Mais uma vez a Ampal divulgou nota em defesa do promotor de Justiça.

As ações institucionais da nova diretoria da Ampal não pararam por aí. Incansavelmente, a entidade vem participando de debates polêmicos com os membros do Ministério Público, como a dos critérios objetivos de promoção e também da proposta de redução do quadro de procuradores de Justiça.

Ministério Público, como a dos critérios objetivos de promoção e também da proposta de redução do quadro de procuradores de Justiça.

No campo social a Ampal promoveu, no mês de outubro, (como mostra as fotos na página 8), a festa do Dia das Crianças, que atraiu vários associados, filhos e netos, à sede da Associação. A festa de confraternização, que é uma marca da Ampal, vai acontecer no corrente mês na casa de eventos Renaissance.



# COMEMORAÇÃO DIA DAS CRIANÇAS: FILHOS DE ASSOCIADOS SE DIVERTEM EM FESTA PROMOVIDA PELA AMPAL

